

doi:10.12662/2359-618xregea.v10i2.p167-183.2021

SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

SUSTAINABILITY IN MANAGEMENT COURSES IN BRAZIL: A COMPARATIVE ANALYSIS OF PUBLIC UNIVERSITIES AND PRME MEMBERS

RESUMO

Este artigo tem por objetivos: i) identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades públicas brasileiras; e ii) comparar esse panorama com as IES participantes do *Principles for Responsible Management Education* (PRME) no Brasil. Para tanto, foram mapeadas as grades curriculares dos cursos simultaneamente presentes nas universidades públicas mais bem classificadas no Ranking Universitário Folha (RUF) no ano de 2019. Entre os principais resultados, está a baixa proeminência da temática da sustentabilidade nos currículos em uma das regiões do país, a presença considerável de disciplinas optativas que abordam o tema, mas não garantem a formação do estudante, assim como a proeminência de temas relacionados à gestão ambiental. As evidências desta pesquisa permitem inferir que a educação para a sustentabilidade, via inserção curricular, nos cursos de graduação em Administração, nas melhores universidades do país, ainda está em seus estágios iniciais. O artigo também apresenta implicações teóricas, práticas e sociais, além de sugestões para pesquisas futuras.

Bárbara Galleli
b.gallelidias@gmail.com
Doutora em Administração. Professora da Universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR - BR.

Mateus Santos de Freitas-Martins
mateussmartins@gmail.com
Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR - BR.

Noah Emanuel Brito Teles
noahbteles@gmail.com
Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR - BR.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Educação para a Sustentabilidade. Ensino Superior em Administração.

ABSTRACT

This article aims to: i) identify the panorama of the insertion of the sustainability theme in the courses of Administration of Brazilian public universities. ii) compare this panorama with the HEIs participating in the Principles for Responsible Management Education (PRME) in Brazil. For this purpose, the curricular grids of the courses simultaneously present in the best ranked public universities in the Folha University Ranking (RUF) in 2019 were mapped. Among the main results, is the low prominence of the theme of sustainability in the curricula in one of the regions of

the country, the considerable incidence of optional subjects that address the theme, but do not guarantee the formation of the student, as well as the prominence of themes related to environmental management. In accordance with previous studies, the evidence from this research allows us to infer that education for sustainability, through curricular insertion, in undergraduate courses in Business Management at the best universities in the country, is still in its initial stages. The article also presents theoretical, practical and social implications, as well as suggestions for future research.

Keywords: Sustainability. Education for Sustainability. Higher Education in Business.

1 INTRODUÇÃO

O envolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) com a sustentabilidade é alvo de conferências e acordos diversos, desde o final da década de 1980 (JACOBI; RAUFLET; ARRUDA, 2011; LEAL FILHO, 2011). Nos últimos anos, a Educação para a Sustentabilidade (EpS) e a formação de futuros líderes e gestores representam, notadamente, o foco da atenção de acadêmicos, professores e gestores educacionais (LOZANO *et al.*, 2015; STORREY; KILLIAN; O'REGAN, 2017).

Em meio à proliferação de cursos, programas, projetos e ações diversas, especialmente no ensino superior em Administração, tanto no cenário internacional, quanto nacional, há uma demanda para inserir a sustentabilidade em uma abordagem holística nas IESs. Isso significa que a sustentabilidade deve ser incorporada não apenas no ensino, pesquisa e extensão, mas também em seus próprios sistemas de gestão (HOLM; VUORISALO; SAMMALISTO, 2015). Entre as diversas iniciativas e práticas de sustentabilidade, como práticas de campus verde, diminuição da pegada de carbono e uso consciente dos recursos naturais (LOZANO *et al.*, 2015), que passaram a ser globalmente implementadas pelas universidades (ZUTSHI; CREED; CON-

NELLY, 2019), o presente estudo tem por foco na educação para sustentabilidade.

Práticas associadas à educação para a sustentabilidade (EpS) também fazem parte do quadro de instituições orientadas para a sustentabilidade. Estas envolvem práticas de ensino e aprendizagem (BUTT; MORE; AVERY, 2014), cursos e programas voltados ao ensino da sustentabilidade propostos para educar os professores a respeito do tema (LOZANO *et al.*, 2015).

Há uma série de relatos de experiências nacionais (AGUIAR *et al.*, 2016) e internacionais (LEAL FILHO *et al.*, 2018; WARWICK; WYNESS; CONWAY, 2017) que abordam a integração da sustentabilidade nos cursos de Administração, sob a ótica de estudantes e professores. Além disso, de acordo com o levantamento feito por Lozano *et al.* (2015) com 70 IESs no mundo todo, há fortes evidências das inter-relações entre o compromisso das universidades com a sustentabilidade, a implementação e a assinatura de uma declaração, carta ou iniciativa, entre as quais se destaca o *Principles for Responsible Management Education* (PRME).

Por meio de seis princípios – Propósito, Valores, Método, Pesquisa, Parceria e Diálogo – o PRME atua na transformação do ensino em Administração, em escala global, por meio de atividades acadêmicas e currículos, estruturas de ensino, materiais, processos e ambientes que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável (PRME, 2020).

Nesta pesquisa, a ênfase será no enraizamento da sustentabilidade nos planos pedagógicos, materializados nas grades curriculares, dos cursos de Administração das universidades brasileiras, participantes e não participantes do PRME. Para que seja possível transformar o conhecimento em ação para a sustentabilidade, ainda que se admita não ser suficiente, a reorientação curricular é necessária (LEAL FILHO, 2011). Ademais, a inserção da temática no currículo acadêmico pode ser um dos primeiros sinais concretos dos cursos de Administração em direção à incorporação consistente e

coerente da EpS (BRUNNQUELL; BRUNSTEIN; JAIME, 2015).

Apesar da relevância do tema, apenas algumas pesquisas (ETSE; INGLEY, 2016; PERERA; HEWEGE, 2016) discutem, especificamente, o conteúdo ou currículo sobre a introdução da sustentabilidade. No Brasil, a despeito das diversas experiências e avanços na literatura nacional (AGUIAR *et al.*, 2016; LACERDA *et al.*, 2014; PALMA; OLIVEIRA; VIACAVAL, 2011; SOUZA *et al.*, 2013), não há informações sistematizadas, abrangentes e recentes a respeito da inserção da temática da sustentabilidade nos currículos acadêmicos dos cursos de Administração no Brasil.

Nesse sentido, o presente artigo buscou responder ao seguinte questionamento: como a temática da sustentabilidade está inserida nos cursos de administração no Brasil? Para isso, foram postos os seguintes objetivos: i) identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades públicas brasileiras; e ii) comparar esse panorama às IESs participantes do PRME no Brasil. Para tanto, foram mapeadas as grades curriculares dos cursos de administração nas universidades públicas mais bem classificadas no Ranking Universitário Folha (RUF, 2020), um ranking reconhecido no Brasil que avalia, anualmente, as IESs. Posteriormente, foram identificadas as IESs brasileiras participantes no PRME para a realização de uma análise comparativa dos currículos nos cursos de Administração. Dados como carga horária, obrigatoriedade e ementa da disciplina foram extraídos dos sites das universidades, categorizados e discutidos.

Diferentemente de outras pesquisas, neste estudo, foi analisada a inserção do tema sustentabilidade nas universidades do Brasil de maneira comparativa às instituições de ensino superior participantes de uma rede global (PRME) direcionada ao tema. Dessa maneira, além de fornecer e debater, criticamente, dados nacionais a respeito da sustentabilidade nos cursos de administração, ausentes na literatura até então, o presente artigo propõe temas de

pesquisa acerca da EpS, que podem ser investigados por meio de métodos e lentes teóricas diversos. Os resultados presentes e discutidos, ao longo deste estudo, são relevantes para diversos atores sociais como discentes e docentes, gestores educacionais, agentes públicos e demais cidadãos que se interessam pelo tema, a fim de que possam investir, orientar e cobrar ações voltadas à EpS no país. As evidências da presente pesquisa também fornecem informações relevantes a respeito da inserção da sustentabilidade nos currículos para as universidades públicas e privadas, fundamentais neste processo; além de, inevitavelmente, os gestores universitários para que possam estar atentos à formação dos estudantes.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: no tópico que segue, são apresentadas informações relevantes sobre o tema e estudos anteriores a respeito da sustentabilidade no ensino superior em Administração. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, os resultados, as discussões e as considerações finais.

2 A TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO

O histórico do ensino da Administração recebe críticas por sua característica ortodoxa, permeada por uma visão estrita para o mercado, de curto prazo e vendida para a ‘tirania dos rankings’, e de consciência limitada para os impactos socioambientais (DYLLICK, 2015). Escrig-olmedo *et al.* (2017) argumentam que a EpS nos cursos de Administração deve superar a reprodução de um modelo tradicional de negócios para, assim, gerar uma visão crítica e proativa para a sustentabilidade. Além disso, afirmam ser de comum acordo entre os acadêmicos que a superação das práticas tradicionais de ensino relativos à gestão, com um estudo mais crítico que vá além de uma educação voltada inteiramente ao lucro e ao crescimento, é essencial para promover a educação para a sustentabilidade.

A fim de instigar a implementação de práticas de EpS nas IESs, alguns esforços reconhecidos devem ser citados. Em 2005, a UNESCO lançou a iniciativa “A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS)” (UNESCO, 2005). A DEDS seria a linha mestra para a consolidação da sustentabilidade no ensino, com o propósito de influenciar e fomentar uma mudança na estrutura curricular, por meio da introdução da sustentabilidade (GADOTTI, 2008). No caso do PRME, como já mencionado, tal iniciativa ganha relevância no cenário internacional, à medida que, em pouco mais de dez anos de atuação, sua importância é reconhecida por estudiosos de todo o mundo (DICKSON *et al.*, 2013; GODEMANN *et al.*, 2014; GREENBERG *et al.*, 2017; PARKES; BUONO; HOWAIDY, 2017).

A EpS é uma prática que, aos poucos, começa a estar presente no ensino brasileiro por meio de leis que incentivam a sua implementação. Como é o caso da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que, em 1999, iniciou essa inclusão, até a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de Administração, no ano de 2020, que inclui o debate sobre o tema em uma de suas diversas diretrizes (BRASIL, 1999; MEC 2020). Cabe ressaltar que nenhuma das políticas apresentadas são de caráter obrigatório, tornando-as facultativas para a inclusão da sustentabilidade nas ementas dos cursos.

Nesse sentido, Lacerda *et al.* (2014) realizaram um levantamento dos cursos de Administração em IESs localizadas no Estado da Paraíba. Em uma amostra de 31 universidades públicas e privadas, os resultados revelaram que 77% dos cursos de Administração apresentaram disciplinas com a temática ambiental em sua grade curricular.

Outro estudo relevante nesse aspecto foi o levantamento realizado por Frankenberger, Amarante e Vieira (2017). Esse estudo identificou, mediante análise de provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que os egressos do curso de Administração precisam ampliar a compreensão a respeito da

sustentabilidade, mostrando que ainda há necessidade de consolidação dessa temática nos cursos de Administração no Brasil. Mais recentemente, o estudo de Santos *et al.* (2020) em uma IES pública brasileira (Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA), por meio de uma investigação pautada na percepção de estudantes concluintes do curso de Administração, identificou que os concluintes percebiam importância da EpS, porém destacaram que houve pouca ênfase a respeito dessa temática durante o curso.

Experiências sobre a inserção curricular da EpS alinhadas ao PRME também são encontradas na literatura. Dickson *et al.* (2013) descrevem uma experiência interinstitucional entre três universidades americanas e empresas multinacionais. Os referidos autores evidenciam o aprendizado avaliado dos estudantes como muito positivo e destacam resultados como prêmios recebidos na área de sustentabilidade e posições no mercado de trabalho em organizações não governamentais.

No Brasil, Aguiar *et al.* (2016) expõem a experiência do FIS – Formação Integrada para Sustentabilidade, disciplina de graduação da FGV-EAESP, criada em 2009 a partir do PRME. Ao consultarem ex-estudantes da FGV, os autores constataram que a disciplina cumpriu seus objetivos ao estabelecer nestes sujeitos uma visão mais crítica e baseada em diferentes perspectivas e ao alavancar sua capacidade de atuação como agentes de mudança, por meio de valores e comportamentos mais coerentes com o desenvolvimento sustentável.

Os cursos de Administração ainda possuem defasagem quanto aos currículos em relação à temática de sustentabilidade; entretanto, carrega a responsabilidade de incluí-la em seu ensino por ser um importante componente para a formação dos futuros gestores (LE MOS *et al.*, 2020). A literatura retrata as muitas dificuldades, as quais podem ter diversas ênfases, como questões de entendimento por parte dos gestores dos cursos; a necessidade de sensibilização e de capacitação dos educadores (DAWE *et al.*, 2005; FERRER-BALAS *et al.*, 2008); a inter-

disciplinaridade e legitimação do tema, assim como uma visão mais sistêmica, que considere a aprendizagem por meio de uma participação mais concreta dos diversos *stakeholders* envolvidos (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011); a introdução de novas formas de ensino e aprendizagem (GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013); e obstáculos à criação de um novo currículo (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011; LEAL FILHO, 2011), que contemple todas as dimensões e atenda a todas as expectativas, tanto dos professores, quanto dos estudantes (JONES; TRIER; RICHARDS, 2014).

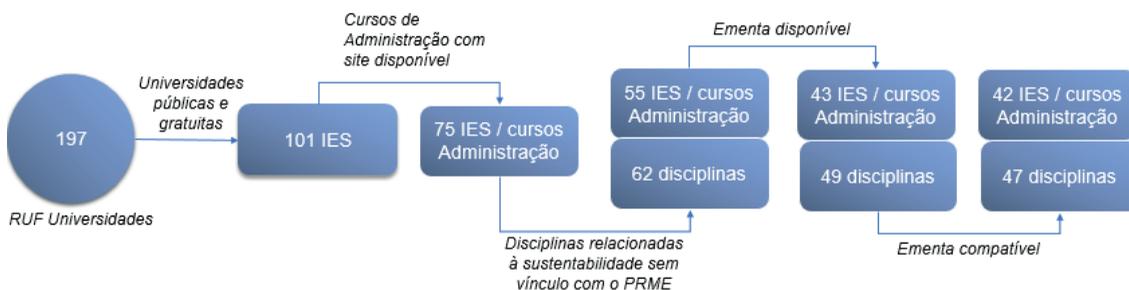
Com particular ênfase no conteúdo curricular, sabe-se que, muitas vezes, as temáticas relativas à sustentabilidade ainda não fazem parte formal dos currículos de IES, tampouco são integrados às disciplinas tradicionais dos cursos de Administração, como valores básicos (BRIDGES; WILHELM, 2014; LAHAISE; POZZEBON, 2010). De acordo com Etse e Ingley (2016), a temática da sustentabilidade ainda não faz parte do currículo dos cursos de graduação de muitas IESs. De fato, um desafio comum enfrentado pelas IES concerne à ainda incipiente e recente abordagem do tema nas grades curriculares, a maioria feita de maneira pontual, quando ocorrem (GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013; HOURNEAUX JUNIOR; CALDANA, 2018). E nesse sentido, segundo afirmam Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), a inclusão de um módulo ou de uma disciplina isolada sobre desenvolvimento sustentável em um curso de Administração, provavelmente fracassará no sentido de direcionar questões necessárias como as demandadas pela sustentabilidade.

Ainda que os desafios envolvam as variadas dimensões do processo educacional e seus desdobramentos e assumindo que a inserção de disciplinas nas grades curriculares é insuficiente para uma implementação holística e consistente da sustentabilidade nas IESs, é preciso enfatizar que incorporar a sustentabilidade no currículo acadêmico é um dos primeiros sinais concretos de que a IES está comprometida com a sustentabilidade (BRUNNQUELL; BRUNSTEIN; JAIME, 2015). Diante dessas constatações, é razoável supor que deficiências ou insuficiências, neste primeiro passo, podem ocasionar incapacidades e, até mesmo, impedir progressos da IES nesse sentido. No intuito de investigar o panorama nacional quanto a esse tópico, a próxima seção expõe os procedimentos metodológicos percorridos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades públicas brasileiras e comparar esse panorama às IESs participantes do PRME no Brasil, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa (CRESWELL; CRESWELL, 2018), perspectiva descritiva, baseada em análise de dados secundários (BABBIE, 2014). Nesse sentido, buscaram-se ementas dos cursos de Administração com a temática de sustentabilidade. O levantamento foi realizado no mês de abril de 2019. Os critérios para a seleção das IESs estão dispostos na figura 1 e no texto a seguir.

Figura 1 – Etapas da pesquisa para universidades



Fonte: elaborado pelos autores.

Inicialmente, consideraram-se, no Ranking Universitário Folha (RUF), todas as universidades brasileiras classificadas. O RUF foi selecionado por ser uma avaliação anual do ensino superior reconhecida no Brasil realizada desde 2012. A edição de 2020 avaliou 197 universidades do país com base em dados nacionais e internacionais e em duas pesquisas de opinião do Datafolha em cinco aspectos: pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação (RUF- 2020).

Do universo de 197 universidades contidas no RUF, foram selecionadas todas as universidades públicas e gratuitas. Nesse critério, excluíram-se universidades privadas de todas as finalidades e universidades municipais não gratuitas, por causa da indisponibilidade de dados referente às ementas nos sites institucionais. Tal recorte reduziu o total de 197 para 101 universidades.

Como segundo critério para a realização da pesquisa, excluíram-se universidades que não ofereciam cursos de Administração ou apenas o curso de Administração Pública e similares, uniformizando, assim, o objeto de pesquisa. Esse corte reduziu a amostra de 101 para 77 universidades. Contudo, algumas universidades estavam com o site indisponível na realização, impossibilitando o acesso aos dados para a realização da pesquisa, dessa forma, reduzindo de 77 para 75 universidades ao todo.

A próxima etapa foi a seleção por presença de disciplina relacionada à temática de sustentabilidade no curso de Administração. Procurou-se, nas páginas eletrônicas das IES, a grade curricular dos cursos, e nelas foram identificadas disciplinas que tivessem foco direcionado para o assunto, sendo desconsideradas as

disciplinas em que a sustentabilidade não era a temática principal, ou nas quais ela era somente pontualmente apresentada. Sendo assim, foram selecionadas, nos títulos, termos como “sustentabilidade”, “sustentável”, “responsabilidade social”, “ambiental”, “meio ambiente”, “socio-ambiental” e correlatos como “consumo consciente”, que foram encontrados e incluídos no levantamento. Tal levantamento não incluiu os cursos de Administração vinculadas ao PRME, pois ele seria objeto do segundo levantamento. Reduzindo-se a população de 75 para 55 universidades com curso de Administração, em que se distribuíram 62 disciplinas.

Finalmente, com o intuito de angariar mais dados, buscou-se pelas ementas das disciplinas selecionadas, seja disponibilizada nos projetos pedagógicos dos cursos, seja em documento próprio nos endereços eletrônicos das universidades. Nem todas as ementas estavam disponíveis no momento da realização da pesquisa, desse modo, reduziu-se o total de 55 para 43 universidades e 62 para 49 disciplinas.

Após a realização da leitura das ementas, uma universidade e duas disciplinas foram eliminadas da análise, por falta de aderência ao tema deste estudo; sendo assim, como amostra final, ficaram 41 universidades e cursos de Administração e 47 disciplinas. Essas três ofertam mais de uma disciplina.

A fim de comparar a inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades públicas brasileiras com as IESs participantes do PRME no Brasil, buscou-se, no site do PRME, pelas IES brasileiras signatárias, e seguiram-se as mesmas etapas de corte da amostra anterior. Conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 – Etapas da pesquisa para universidades participantes do PRME



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao todo, encontraram-se 26 IESs brasileiras signatárias no momento da realização do estudo. Do universo de 26 IESs, foram selecionadas aquelas que possuem o curso de Administração ativo, o que corresponde a 19 no total. Estas foram analisadas quanto às disciplinas relacionadas à sustentabilidade, resultando em uma amostra de 16 IES e 15 disciplinas. Por fim, foi consultada a disponibilidade das ementas, e apenas 8 IESs restaram na amostra final, com 12 disciplinas. Dessas, três IESs possuem mais de uma disciplina. Na figura 2, está ilustrada a referida etapa do levantamento de dados.

Com os dados das universidades, cursos e disciplinas disponíveis e estruturados, o próximo passo foi congregá-los em uma única análise, inicialmente, para que pudessem ser descritivamente discutidos e, em um segundo momento, comparados e analisados criticamente. Para tal fim, utilizou-se do software *Microsoft Excel*, para compilar os dados contidos nas ementas e pudessem ser analisados por suas características e codificados.

É preciso pontuar que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) repetiram-se tanto na amostra do RUF, quanto na do PRME. Sendo assim, para evitar duplicidades, optou-se por considerá-la apenas nas análises referentes às IESs participantes do PRME. A Universidade de São Paulo (USP) foi a única presente nas duas amostras por possuir curso na cidade de São Paulo e em Ribeirão Preto, com ementas e disciplinas distintas. Desse modo, consideraram-se as IESs como instituições distintas, sendo a USP-SP considerada apenas para a análise do RUF, pois, no RUF, não há diferenciação de cidades, e a USP-RP para a análise do PRME. A próxima seção apresenta os resultados encontrados e, na sequência, são feitas as discussões.

Após a pesquisa das disciplinas relacionadas à sustentabilidade no site das instituições, foi identificado um total de 59 disciplinas. Esse número está relacionado tanto às universidades selecionadas pelo RUF, quanto às IES associadas ao PRME. Em seguida, foram analisadas as ementas de cada uma dessas disciplinas por

meio de uma análise de conteúdo qualitativa (SCHREIER, 2013).

Prosseguiu-se com a estratificação de cada ementa, a fim de se verificar os conteúdos mais presentes. Para tanto, inicialmente, foi feita a codificação dos tópicos das ementas ou do conteúdo programático quando pertinente, com base em sua própria terminologia, por exemplo, o tópico “Conceitos básicos de ecologia” foi codificado como “Ecologia”; “Sistemas de Gestão Socioambiental” foi codificado como “Gestão Ambiental”, “O tripé da sustentabilidade empresarial” como “Sustentabilidade”, e assim por diante. Foram gerados 33 códigos que, posteriormente, foram reduzidos para 30, agrupados por repetição e similaridade. Todos os autores participaram da codificação, dividida em três etapas, a fim de reduzir possíveis vieses. A etapa de análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do software *Microsoft Excel*.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

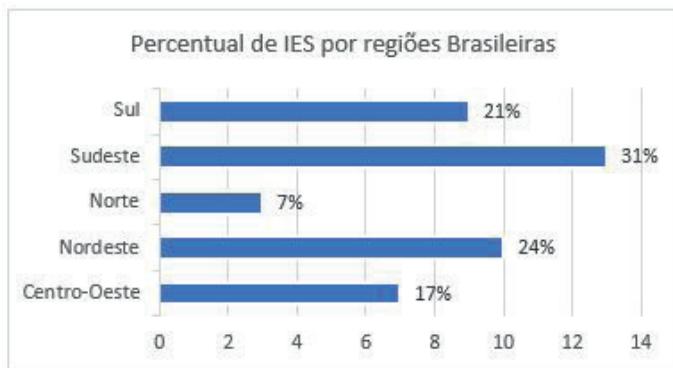
Este tópico apresenta os resultados da pesquisa. Primeiramente, é apresentado o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades brasileiras selecionadas por meio do RUF e, em seguida, a análise comparativa desses resultados com IESs signatárias do PRME.

4.1 PANORAMA DA INSERÇÃO DA TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS RANQUEADAS NO RUF

Com relação à análise das 42 IESs públicas participantes do RUF 2020, foi observado que a maioria delas é instituição federal, 69% e 31% são estaduais. Quanto à colocação dessas IESs no ranking, as três primeiras colocadas foram as Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ). Outro ponto relevante a ser observado é a predominância dessas instituições na região Sudeste do país, conforme observado no gráfico 1, o qual indica o percentual de IESs que possuem no curso de Administração, disciplinas relacionadas à sustentabilidade em cada uma das regiões brasileiras.

Gráfico 1 - Percentual de IES por regiões brasileiras



Fonte: elaborado pelos autores.

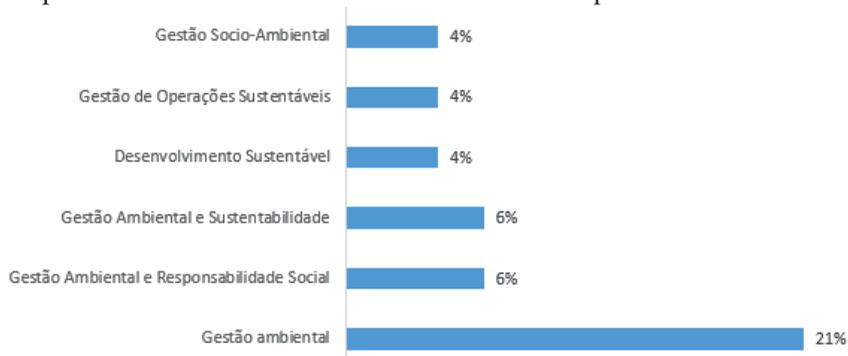
A maioria das IES, 31%, encontram-se na região Sudeste do Brasil, seguidas das IESs da região Nordeste (24%) e da região Sul, 21%. Na região Centro-Oeste, foram identificadas 17% das IES e a região Norte, apenas 7% das instituições. Observou-se, também, que a maioria das instituições (57%) possui disciplinas com carga horária entre 46 e 60 horas, e 15% das instituições possuem a carga horária dessas disciplinas entre 30 e 45 horas. Cabe ressaltar que apenas três de todas as IESs investigadas não disponibilizaram essa informação em suas ementas e/ou grade curricular.

Com relação ao período do curso em que essas disciplinas foram ofertadas, verificou-se que a maioria delas (70%) foi elencada nos últimos períodos do curso, 6º, 7º e 8º. Outra infor-

mação relevante diz respeito à obrigatoriedade da oferta, a maioria das disciplinas é obrigatória; 64% e 36% são optativas.

Quanto às disciplinas, três cursos apresentaram mais de uma disciplina: o da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN). Embora uma diversidade de disciplinas tenha sido identificada na análise; no gráfico 2, foram expostas aquelas encontradas com mais frequência. Quanto a isso, pode ser observado que a disciplina nomeada “Gestão Ambiental” foi a mais presente na grade curricular das IESs. Outras disciplinas como “Gestão Socioambiental” e “Desenvolvimento sustentável” também foram observadas com certa frequência.

Gráfico 2 - Disciplinas relacionadas à sustentabilidade mais frequentes nas IES



Fonte: elaborado pelos autores.

No tópico seguinte, é apresentada a segunda etapa da apresentação dos resultados, com uma análise comparativa entre as IESs públicas participantes do RUF e as IESs signatárias do PRME.

4.2 PANORAMA DA INSERÇÃO DA TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS IESS BRASILEIRAS SIGNATÁRIAS DO PRME

A mesma análise descritiva pode ser feita para as IESs participantes do PRME. No Quadro 1, estão descritas as IESs, o ano em que aderiram ao PRME, a região em que estão localizadas, sua natureza, as disciplinas e suas respectivas cargas horárias, tipo (obrigatória ou facultativa) e período letivo em que é oferecida.

Quadro 1 – Resultados das IESs participantes do PRME e cursos de Administração

IES	Ano de adesão	Região	Natureza	Disciplinas	CH	Tipo	Período
Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN – UFU)	2015	Sudeste	Pública	Gestão Social e Sustentabilidade	60	F	-
				Gestão Ambiental	60	F	-
				Sustentabilidade em Produção e Operações	60	F	-
Pontifícia Universidade Católica (PUC – RIO)	2008	Sudeste	Privada	Ética Socioambiental e Direitos Humanos	-	O	8
				Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental	-	O	5
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA RP – USP)	2012	Sudeste	Pública	Responsabilidade Social nas Organizações	150	O	5
				Meio Ambiente e Sustentabilidade	30	O	2
Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)	2015	Sudeste	Privada	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa	80	F	-
Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal	2015	Sul	Privada	Gestão Ambiental, Resp. Social e Inovação	66	O	7
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	2019	Sul	Pública	Responsabilidade Socioambiental	60	O	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2011	Sul	Pública	Responsabilidade Social E Desenvolvimento Sustentável	45	O	8
Faculdade Antônio Meneghetti (AMF)	2013	Sul	Privada	Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	60	O	8

Fonte: elaborado pelos autores.

Legenda: CH – Carga horária; O: Obrigatória; F: Facultativa.

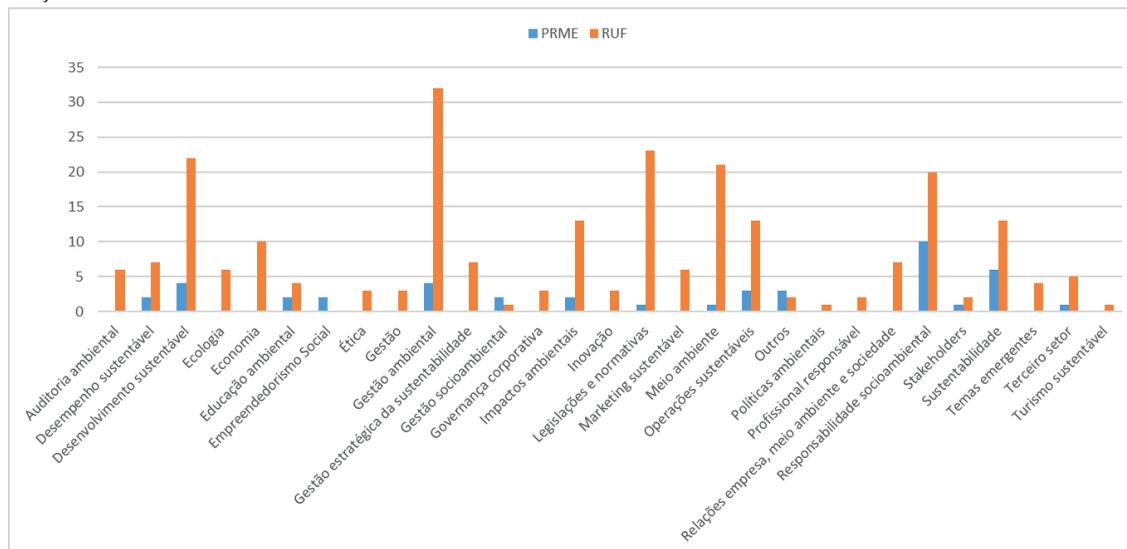
Observa-se que todas as instituições são do Sudeste ou do Sul do país, embora em São Paulo e no Paraná existam três IESs. Das oito instituições associadas ao PRME, cinco são públicas e quatro são privadas. Nota-se, também, que a IES mais antiga em termos de adesão ao PRME é a PUC-Rio, e a mais recente é a UNESPAR. A maioria das IESs são signatárias da iniciativa há, pelo menos, quatro anos.

Com relação às disciplinas, é notório que quase metade das IESs apresenta mais de uma disciplina referente à sustentabilidade em sua grade curricular. Três delas são concernentes à FAGEN – UFU, duas à PUC-Ria, duas à FEA RP – USP e duas referentes à FEA – USP. Do total de 14 disciplinas ofertadas pelas IES, 10 são obrigatórias e apenas quatro facultativas. Observa-se que a maioria das disciplinas acontece nos últimos semestres do curso. Com relação à carga horária, a maior e a menor carga horária foram identificadas na FEA RP -USP, com 150 horas e 30 horas. Na maioria das disciplinas, a carga horária é de 60 horas.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS EMENTAS DAS IESS RUF X PRME

Nessa etapa, buscou-se realizar uma comparação entre as temáticas presentes nas ementas das disciplinas relacionadas à sustentabilidade e comparar essas temáticas entre as IES presentes na amostra RUF e as participantes do PRME. O gráfico 3 apresenta os temas e as frequências com que aparecem distribuídos em todas as ementas. Antes de prosseguir as análises descritivas, vale mencionar que o tema “Outros” inclui “cidades sustentáveis, “empreendedorismo sustentável” e “gestão social”.

Gráfico 3 – Temas recorrentes nas disciplinas relativas à sustentabilidade nos cursos de Administração



Fonte: elaborado pelos autores.

Na análise, foram considerados apenas os temas que tivessem mais de uma ocorrência. É perceptível que os temas “gestão ambiental”, “responsabilidade socioambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “operações sustentáveis” se destacam como mais frequentes nas IESs do RUF e do PRME. Por outro lado, “gestão socioambiental”, “educação ambiental”, “terceiro setor” e “stakeholders” são os temas com menor recorrência presentes nas IESs do RUF e nas signa-

tárias do PRME.

Ao analisar, comparativamente, os dados apresentados no gráfico 3, podemos observar que alguns temas aparecem com frequência semelhante nas universidades listadas do RUF e nas IESs participantes do PRME: “gestão socioambiental”, “educação ambiental”, “stakeholders”. Outra observação é que o tema exclusivo das IESs associadas ao PRME foi apenas: “empreendedorismos social”; enquanto os temas exclusivos das IESs listadas pelo RUF

foram vários, sendo os mais frequentes “economia”, “relações empresa, meio ambiente e sociedade” e “ecologia”.

5 DISCUSSÃO

Como primeiro ponto de discussão, tendo em vista os resultados identificados nas IESs listadas no RUF, é importante destacar que grande parte das instituições participantes da amostra são Instituições Federais, predominantemente da região Sudeste e Nordeste do país. Interessante mencionar que havia apenas três instituições signatárias do PRME na amostra do RUF, o que poderia sugerir alguma conexão para a presença das disciplinas nas grades curriculares (LOZANO *et al.*, 2015).

Vale notar que a região Norte do Brasil, na amostra do RUF, correspondeu a apenas 7% da amostra, e, nas IESs signatárias do PRME, essa região nem está presente. De acordo os registros do MEC, são 38 universidades na região e 1139 cursos de Administração, em IES diversas. Sendo assim, a pouca representatividade de IES da região Norte é alarmante, haja vista sua relevância global em termos recursos naturais (NOBRE, 2020), além de apresentar altos níveis de desigualdade social e desemprego (IBGE, 2018).

Entre o total de 42 IESs ranqueadas pelo RUF, o número de universidades públicas no Brasil que oferecem alguma disciplina que inclua a temática ainda deixa a desejar diante das 101 atuantes, mesmo mediante recomendações do MEC. No caso da primeira amostra, os resultados revelam que apenas pouco mais da metade dos cursos de Administração em universidades brasileiras reconhecidas por sua qualidade em vários aspectos (55%, considerando mesmo as 14 que não disponibilizaram as ementas) estão, de alguma maneira, preocupadas e comprometidas com a educação para sustentabilidade, ao menos no primeiro passo para sua concretização (BRUNNQUELL; BRUNSTEIN; JAIME, 2015).

Por outro lado, ainda desta primeira amostra, 21 universidades não apresentam qualquer disciplina relativa à sustentabilidade

(considerando mesmo as que não disponibilizaram as ementas). Isso significa que cerca de 20% do universo considerado sequer mencionam qualquer termo correlato à sustentabilidade em suas nomenclaturas. Somam-se a estas, três IESs participantes do PRME que também não possuíam disciplinas relativas ao tema, o que é um tanto inesperado, haja vista a recomendação nos princípios da iniciativa sobre tal inserção (PRME, 2020). No estudo de Lacerda *et al.* (2014), em um levantamento realizado em cursos de Administração no estado da Paraíba, os resultados revelaram que 77% das IESs apresentaram disciplinas com a temática ambiental na grade curricular.

Assim como já evidenciaram Palma *et al.* (2011) em estudo semelhante, os resultados aqui encontrados permitem afirmar que a competência de futuros administradores para entender e questionar o complexo ambiente corporativo no qual irão atuar, exigindo que enfrentem questões que vão além dos aspectos financeiros, pode ser limitada devido à falta de conteúdos e conhecimentos específicos sobre sustentabilidade em sua formação. É preocupante o fato de que eles serão gestores formados em mais da metade dos melhores cursos de bacharelado e universidades do país.

No caso das IESs associadas ao PRME, esse número é proporcionalmente menor: menos de um terço das disciplinas são optativas. Tal fato pode ser evidência de certa maturidade neste contexto (GREENBERG *et al.*, 2017) – inclusive por já estarem nessa trajetória há alguns anos –, ou ainda maior compromisso com a formação de futuros profissionais conscientes com o que preza um futuro mais sustentável (LOZANO *et al.*, 2015).

A análise das ementas das disciplinas das universidades na primeira amostra demonstra que, embora os conteúdos sejam variados, são fortemente vinculados ao meio ambiente, uma vez que os temas mais recorrentes, em termos de volume, são “gestão ambiental”, “meio ambiente”, “legislação e normativas” e “desenvolvimento sustentável”. No caso das IESs participantes do PRME, os temas de incidência mais

significativa abrangem “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “responsabilidade socioambiental”, o que pode refletir o alinhamento aos ODS e ao Pacto Global da ONU. Em ambos os casos, ainda que haja a presença nas universidades, poucas são as disciplinas que envolvem temáticas voltadas às questões sociais, culturais e políticas.

Tais resultados parecem estar alinhados à questão de que grande parte das pesquisas que se dedicam à prática da sustentabilidade nas organizações priorizam a dimensão ambiental (MORIOKA; CARVALHO, 2016). O ponto de atenção, neste caso, é a tendência pela visão restrita e unidimensional sobre o fenômeno da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Tal circunstância, também, pode afetar a formação do aluno e falhar em garantir que os estudantes considerem questões ambientais, sociais, culturais e éticas em seus processos de tomada de decisão (BRUNNQUELL; BRUNSTEIN; JAIME, 2015).

Com relação ao ensino, foco deste estudo, com base no processo e nas dimensões-chave indicados por (BRUNNQUELL; BRUNSTEIN; JAIME, 2015), sem o enraizamento da sustentabilidade nos planos pedagógicos, sinalizado e concretizado por meio de sua incorporação nos currículos, o envolvimento dos professores, invariavelmente, será baixo e, provavelmente, dependente da vontade e expertise individual. Em decorrência, o pensamento crítico, as mudanças efetivas nas maneiras de pensar, sentir e agir dos alunos também só serão possíveis caso o professor assim as provoque, novamente, por ambições próprias.

Acredita-se, então, que a revisão e renovação dos projetos pedagógicos são necessárias e urgentes. Disciplinas relativas à sustentabilidade podem ser instituídas de modo que agreguem conhecimentos específicos – por exemplo, seu histórico, dimensões e resultados – e dialoguem com outros concernentes à gestão – como, marketing, gestão de pessoas e finanças. Sugerimos, também, a necessidade de aproximação entre universidades e mercado de trabalho para o desenvolvimento das ementas. É

do meio corporativo, muitas vezes, que surgem inovações e novas propostas para o desenvolvimento sustentável, dada sua dinamicidade. Particularmente, na área de Ciências Aplicadas, como é o caso dos cursos de Administração, é imperativo alinhar o que está ensinando e aprendendo com o que está sendo exigido pelas organizações.

Sabe-se que instituir a EpS, via aprendizagem transformadora no campo da Administração, significa romper com a ideologia tradicional do progresso e do crescimento, desde repensar o conteúdo curricular, passando às metodologias pedagógicas, e o posicionamento da instituição (COOPER; PARKES; BLEWITT, 2014). Experiências em IESs inspiradas em iniciativas como o PRME (AGUIAR *et al.*, 2016; DICKSON *et al.*, 2013) demonstram que é possível avançar e ter resultados significativos com os alunos. No entanto, no presente estudo, não foi possível identificar uma diferença significativa entre as IESs públicas ranqueadas pelo RUF daquelas signatárias do PRME. Contudo, em IESs burocráticas, como as públicas participantes da primeira amostra desta pesquisa, a inserção de disciplinas pode ser uma das respostas mais simples, rápida e que sinaliza, formalmente, a intenção da instituição em desenvolver líderes responsáveis.

Em síntese, os resultados encontrados nesta pesquisa corroboram estudos anteriores (LOZANO, 2006; PALMA; OLIVEIRA; VIACAVA, 2011) e demonstram que também a EpS, via inserção curricular, nos cursos de graduação em Administração, nas melhores universidades do país e nas IESs signatárias de uma iniciativa global da ONU – o PRME, ainda está em seus estágios iniciais. A baixa representatividade de uma das regiões do país, o baixo índice de universidades participantes das amostras, a incidência razoável de disciplinas optativas que não garantem a formação do estudante – principalmente nas universidades, assim como a proeminência de temas restritos a uma dimensão da sustentabilidade são evidências dessas constatações.

As discussões apresentadas demonstram que, por um lado, é notória a proliferação expressiva em nível mundial de publicações científicas e chamadas especiais em periódicos reconhecidos, que relatam cenários, experiências, desafios e caminhos na busca pela formação de administradores com conhecimentos e competências voltados à sustentabilidade. Em contrapartida, como evidenciaram os achados deste estudo, a realidade brasileira do ensino superior parece não acompanhar esse movimento.

Pouco mais de um terço de reconhecidas universidades públicas, federais e estaduais, em cursos de Administração considerados de qualidade, limita-se a oferecer disciplinas optativas, que, em sua maioria, dão maior ênfase a aspectos ambientais. Abrangendo as IES que supostamente teriam maior maturidade na incorporação da temática, esse quadro não se altera muito. Esse resultado pouco favorável à presença de disciplinas relacionadas à sustentabilidade pode continuar perpetuando consequências como as apresentadas no estudo de Frankeberger, Amarante e Vieira (2017) e Santos *et al.* (2020) que observaram pouca compreensão dos alunos em cursos de Administração com relação à temática da sustentabilidade.

Em acordo com o que afirma Leal Filho (2011), o que se percebe é que há um paradoxo vigente nas discussões sobre o assunto: enquanto se reconhece que a sustentabilidade é um dos assuntos ao que mais se atribui relevância na sociedade atual, especialmente no meio empresarial, ela ainda está confinada a poucas ações no meio acadêmico. Nesse sentido, embora haja críticas e dificuldades quanto à criação de uma disciplina específica para a inserção da sustentabilidade no ensino, não se pode deixar de buscar soluções (LEAL FILHO, 2011). É razoável supor que deficiências ou insuficiências neste primeiro passo em busca da inserção consistente da EpS podem ocasionar incapacidades e, até mesmo, impedir progressos da IES em incorporar a temática, não somente no ensino, mas também na pesquisa, extensão e em seus próprios sistemas de gestão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, IMPLICAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

Com o propósito de contribuir para a formação de futuros líderes e gestores responsáveis no Brasil, argumentou-se, neste estudo, que a incorporação da sustentabilidade nos currículos dos cursos de Administração no Brasil é o primeiro passo para implementar a EpS nas IESs. Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida com dois propósitos. O primeiro foi identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades públicas brasileiras. A esse respeito, os resultados mostraram que ainda há poucas IESs que inseriram a sustentabilidade nos cursos de Administração. Houve, também, a baixa participação das IESs do Norte do país e uma parcela considerável de instituições que oferecem disciplinas apenas na modalidade optativa.

O segundo propósito desta pesquisa foi realizar uma análise comparativa desse panorama com instituições signatárias do PRME. Quanto a isso, os dados mostraram que houve apenas a incidência de IES da região Sul e Sudeste do país, e a maioria das disciplinas ofertadas é obrigatória. Na análise comparativa das ementas, tanto as IESs do RUF como as do PRME têm considerado mais as temáticas relacionadas à gestão ambiental, tendo pouca ênfase nas questões sociais da sustentabilidade. Em síntese, tanto as universidades públicas ranqueadas no RUF, quanto as signatárias do PRME ainda estão nos estágios iniciais quando se trata da inserção da temática da sustentabilidade nos currículos dos cursos de Administração.

Como implicações teóricas, este estudo contribui para o campo de conhecimento em educação para a sustentabilidade ao trazer dados estruturados e abrangentes, ausentes na literatura até então. Por meio deste estudo, novas discussões podem emergir, sobre a efetividade do ensino-aprendizado no âmbito das disciplinas ofertadas, seus desdobramentos em relação à disseminação do tema no curso e na instituição, assim como os efeitos nas experiências

profissionais dos estudantes. Esses debates podem-se estender e ser insumos, não apenas para a geração do conhecimento entre acadêmicos, mas também para discentes, docentes e gestores educacionais, a fim de avançar na prática voltada à EpS.

As implicações práticas deste estudo perpassam, inevitavelmente, por profissionais de organizações, no sentido de estarem atentos aos centros de formação universitária, aderente aos seus objetivos no que tange à sustentabilidade. Além disso, alguns alertas discutidos podem servir de incentivo a redes e organizações nacionais internacionais como o PRME, a fim de torná-lo mais conhecido no Brasil, principalmente nos estados em que há mais carência das disciplinas relacionadas à sustentabilidade. Os achados, também, instigam recomendações para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Administração para o ensino da sustentabilidade para que forças-tarefas sejam feitas em prol do desenvolvimento da EpS nos currículos.

Esta pesquisa, também, traz implicações sociais no âmbito de estimular o debate, a formação e a vigilância em políticas públicas, direcionadas para regiões e estados do Brasil que não possuem ou possuem poucas iniciativas de qualidade relacionadas à inserção da sustentabilidade no ensino superior em Administração. Vale o alerta para a região Norte do país, que como constatado, possui uma quantidade significativa de IES com cursos de Administração, porém, com uma baixa representatividade que atenda aos requisitos da pesquisa. Apesar de ser a região que detém grande parte da maior floresta tropical do mundo e, bem por isso, é alvo de acordos internacionais acerca da gestão de seus recursos, nos critérios desta pesquisa, (i) não há cursos de Administração de referência nacional, e (ii) estes não estão voltados à educação para sustentabilidade.

Algumas limitações devem ser apontadas neste estudo. Inicialmente, a primeira amostra ficou limitada às universidades, não abrangendo outras instituições acadêmicas, como centros universitários e faculdades, o que poderá ser

feito em pesquisas futuras. Há limitações quanto aos critérios de participação no ranking e à associação ao PRME. Da mesma maneira, a amostra limitou-se à disponibilidade e à atualização de informações pelas universidades e IES das duas amostras, em seus endereços eletrônicos. É possível que dados já não condizentes com a realidade atual tenham sido analisados nesta pesquisa. Embora os dados levantados tenham cumprido os objetivos do artigo e contribuído para suprir uma lacuna no entendimento sobre o assunto, outros dados poderiam ter sido levantados e discutidos, como os objetivos e as referências bibliográficas da disciplina e o próprio plano pedagógico do curso.

Como investigações futuras, sugerimos analisar o planejamento de desenvolvimento institucional da instituição, observando os projetos pedagógicos dos cursos de Administração e suas relações com a sustentabilidade. Sugerimos, ainda, estudos de caso aprofundados, para que se possam disseminar práticas e experiências, facilitadores e barreiras da inserção da sustentabilidade nos cursos de graduação no Brasil.

Recomendam-se estudos comparativos entre as disciplinas de Administração, voltadas à sustentabilidade, com disciplinas ministradas em outros cursos, como Engenharias e Contabilidade. Pesquisas de correlação podem ser realizadas em regiões com as maiores ofertas de disciplinas, Sul e Sudeste, e a atuação de profissionais de sustentabilidade, a fim de investigar a absorção pelo mercado de trabalho desses profissionais, assim como a aderência e necessidades de formação no ensino superior.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras se concentrem em apresentar e discutir os aspectos que são considerados nos sistemas de avaliação dos cursos, verificando se há, entre eles, critérios relacionados a EpS nas instituições de ensino superior. Pesquisas por meio de lentes teóricas, como a teoria institucional, também podem ser relevantes para compreender as pressões institucionais que impulsionam as práticas de EpS nos cursos de Administração.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. C. P. *et al.* Formação Integrada para Sustentabilidade: impactos e caminhos para transformação. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 3, p. 161-176, 2016.
- BABBIE, E. **The practice of social research**. [S.l.]: Nelson Education, 2014.
- BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 - política nacional de educação ambiental**. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=154111-pces-438-20-1&category_slug=agosto-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRIDGES, C. M.; WILHELM, W. B. Going Beyond Green: the “ Why and How ” of Integrating Sustainability Into the Marketing Curriculum. **Journal of Marketing Education**, v. 30, n. 1, p. 33-46, 2014.
- BRUNNQUELL, C.; BRUNSTEIN, J.; JAIMÉ, P. Education for sustainability , critical reflection and transformative learning: professors’ experiences in Brazilian administration courses Janette Brunstein. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**, v. 9, n. 3, p. 321-342, 2015.
- BUTT, L.; MORE, E.; AVERY, G. C. The myth of the “green student”: Student involvement in Australian university sustainability programmes. **Studies in Higher Education**, v. 39, n. 5, p. 786-804, 2014.
- COOPER, S.; PARKES, C.; BLEWITT, J. Can accreditation help a leopard change its spots?: Social accountability and stakeholder engagement in business schools. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 2, p. 234-258, 2014.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5th ed. [S.l.]: SAGE publications, 2018.
- DAWE, G. *et al.* Sustainable Development in Higher Education: current practice and future developments sustainable development in higher education: current practice and future developments. **A Report for the Higher Ed. Academy**, v. 1, n. 82, 2005.
- DICKSON, M. A. *et al.* A model for sustainability education in support of the PRME. **Journal of Management Development**, v. 32, n. 3, p. 309-318, 2013.
- DYLLICK, T. Responsible management education for a sustainable world: The challenges for business schools. **Journal of Management Development**. v. 34, n. 1, p. 16-33, 2015.
- ESCRIG-OLMEDO, E. *et al.* Fostering the Professionalization of Business Students Through Education for Sustainable Development at University. *In*: LEAL FILHO, W. *et al.* (eds.). **Handbook of Theory and Practice of Sustainable Development in Higher Education**. World Sust ed. Hamburg: Springer, Cham, 2017. p. 53-68.
- ETSE, D.; INGLEY, C. Higher education curriculum forsustainability. **Higher education**, v. 17, n. 2, p. 269-280, 2016.
- FERRER-BALAS, D. *et al.* An international comparative analysis of sustainability transformation across seven universities. **International Journal of Sustainability**, v. 9, n. 3, p. 295-316, 2008.
- FRANKENBERGER, F.; AMARANTE, J. G. M. C. da C.; VIEIRA, A. M. D. P. Sustentabilidade no Curso de Administração: Ensino é refletido no ENADE? **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2017.
- GADOTTI, M. Education for sustainable development what we need to learn to save the planet? **Cartadelatierra.Org**, n. 1988, p. 1-33, 2008.

- GODEMANN, J. *et al.* United Nations supported Principles for Responsible Management Education: purpose, progress and prospects. **Journal of Cleaner Production**, v. 62, p. 16-23, 2014.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; HERRERA, C. B.; CRUZ, M. T. S. Desafios (e dilemas) para inserir “sustentabilidade” nos currículos de Administração: um estudo de caso. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, p. 119-153, 2013.
- GREENBERG, D. N. *et al.* Signing to living PRME : Learning from a journey towards responsible management education. **International Journal of Management Education**, v. 15, n. 2, p. 205-218, 2017.
- HOLM, T.; VUORISALO, T.; SAMMALISTO, K. Integrated management systems for enhancing education for sustainable development in universities : a memetic approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 106, p. 155-163, 2015.
- HOURNEAUX JUNIOR, F.; CALDANA, A. C. F. Gestão responsável: responsabilidade, ética e sustentabilidade a partir do Principles for Responsible Management Education (PRME). **Organicom**, v. 14, n. 27, p. 166-180, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2018.
- JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração : reflexão sobre paradigmas e práticas. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.
- JONES, P.; TRIER, C. J.; RICHARDS, J. P. Embedding Education for Sustainable Development in higher education: a case study examining common challenges and opportunities for undergraduate programmes. **International Journal of Educational Research**, v. 47, n. 6, p. 341-350, 2014.
- LACERDA, C. C. de O. *et al.* Temática Ambiental nos Currículos de Ensino dos Cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, v. 3, n. 1, p. 28-42, 2014.
- LAHAISE, C.; POZZEBON, M. Campi sustentáveis. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, v. 9, n. 1, 2010.
- LEAL FILHO, W. About the Role of Universities and their contribution to sustainable development. **Higher Education Policy**, v. 24, n. 4, p. 427-438, 2011.
- LEAL FILHO, W. *et al.* The role of transformation in learning and education for sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 199, p. 286-295, 2018.
- LEMONS, M. F. C. *et al.* PUC-Rio Socio-environmental Agenda: New Steps Towards Sustainability in the University. In: LEAL FILHO, W. *et al.* (ed.). **Universities as Living Labs for Sustainable Development**. Cham, Switzerland: Springer Nature Switzerland, 2020. p. 733-746.
- LOZANO, R. *et al.* A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 1-18, 2015.
- MORIOKA, S. N.; CARVALHO, M. M. de A. A systematic literature review towards a conceptual framework for integrating sustainability performance into business. **Journal of Cleaner Production**, v. 136, p. 134-146, 2016.
- NOBRE, A. D. **O futuro climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica. Disponível em: <http://www.ccst.inpe.br/o-futuro-climatico-da-amazonia-relatorio-de-avaliacao-cientifica-antonio-donato-nobre>. Acesso em: 13 set. 2020.
- PARKES, C.; BUONO, A. F.; HOWAIDY, G. The Principles for responsible management education (PRME): The first decade e What has been achieved ? The next decade e Responsible management Education ’ s challenge for the

Sustainable Development Goals (SDGs). **The International Journal of Management Education**, v. 15, n. 2, p. 61-65, 2017.

PERERA, C. R.; HEWEGE, C. R. Integrating sustainability education into international marketing curricula. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 17, n. 1, p. 123-148, 2016.

PRME. **Overview**. Disponível em: <https://www.unprme.org/how-to-engage/index.php>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SANTOS, J. G. *et al.* Educação Para a Sustentabilidade No Ensino Superior: Um Estudo Com Bacharéis Em Administração. **REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 30-42, 2020.

SCHREIER, M. Qualitative Content Analysis. *In*: FLICK, U. (ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis**. [S.l.]: SAGE Publications, 2013.

SOUZA, E. *et al.* Inovação como Mecanismo de Fuga do Isomorfismo Organizacional. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 13, n. 2, p. 72-93, 2013.

STOREY, M.; KILLIAN, S.; O'REGAN, P. Responsible management education: Mapping the field in the context of the SDGs. **International Journal of Management Education**, v. 15, n. 2, p. 93-103, 2017.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Paris: [s.n.] 2015.

WARWICK, P.; WYNESS, L.; CONWAY, H. 'Think of the future': Managing educational change from students' perspectives of an undergraduate sustainable business programme. **International Journal of Management Education**, v. 15, n. 2, p. 192-204, 2017.

ZUTSHI, A.; CREED, A.; CONNELLY, B. L. Education for Sustainable Development: Emerging Themes from Adopters of a Declaration. **Sustainability**, v. 11, p. 1-15, 2019.